



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

030. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. A partir de denúncia de cidadão ao Tribunal de Contas da União, foram constatadas irregularidades na utilização de recursos públicos e prestação de contas pelo poder judiciário federal, tendo havido inclusive omissão intencional de servidores incumbidos do controle interno. Considerada a situação hipotética, assinale a alternativa correta à luz da Constituição Federal de 1988 e função exercida pelo Tribunal de Contas.

- (A) Caso se trate de irregularidade em execução de contrato, competirá ao Tribunal de Contas da União determinar imediatamente a sustação de sua execução.
- (B) O Poder Judiciário, tendo em vista a autonomia financeira e administrativa, não está sujeito à prestação de Contas ao Tribunal de Contas da União.
- (C) Constatada a irregularidade na prestação de contas, deve o Tribunal de Contas representar ao Poder Judiciário para adoção das medidas cabíveis, não podendo impor sanções aos responsáveis.
- (D) O Tribunal de Contas da União poderá imputar multa aos responsáveis, ainda que servidores do poder judiciário, com eficácia de título judicial.
- (E) Os servidores incumbidos do controle interno estarão sujeitos à responsabilização solidária.

02. Platão ocupa cargo público efetivo estadual, segurado de regime próprio de previdência social e foi recentemente investido no mandato de Vereador. Nessa hipótese, é correto afirmar, à luz do disposto na Constituição Federal de 1988 que

- (A) deverá necessariamente se afastar do cargo, podendo optar pela sua remuneração como servidor estadual.
- (B) poderá cumular as vantagens de seu cargo com a remuneração do cargo eletivo caso haja compatibilidade de horários.
- (C) será afastado do cargo caso não haja compatibilidade de horários, e o tempo de serviço como vereador contará no Estado para todos os fins legais, inclusive promoção por merecimento.
- (D) estará sujeito ao regime previdenciário previsto para os membros do legislativo municipal.
- (E) deverá necessariamente se afastar do cargo, percebendo a remuneração como vereador.

03. Sobre imunidade e inviolabilidade dos membros do poder legislativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Aplicam-se aos Deputados Estaduais as regras sobre imunidade previstas na Constituição de 1988 aplicáveis aos Deputados Federais.
- (B) Aplicam-se aos Vereadores as mesmas regras acerca de inviolabilidade previstas na Constituição de 1988 aplicáveis aos Deputados Estaduais.
- (C) Há identidade entre as regras de inviolabilidade previstas para os Vereadores e para os Deputados Federais.
- (D) Há inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato em todo o território Nacional.
- (E) Os Deputados e Senadores são invioláveis penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, mas não possuem inviolabilidade civil.

04. Assinale a alternativa correta sobre a ordem econômica na Constituição de 1988.

- (A) A Constituição admite, como regra prioritária, a intervenção do Estado sobre o domínio econômico explorando atividades econômicas.
- (B) O livre exercício de qualquer atividade econômica é princípio fundamental da ordem econômica, não estando sujeito a limitação por outros princípios constitucionais ou a autorização de órgãos públicos, sem exceção.
- (C) Constitui princípio orientador da ordem econômica a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- (D) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este indicativo para os setores público e privado.
- (E) A pesquisa e lavra de recursos naturais pertencem à União, mas a exploração poderá ser realizada mediante concessão, por brasileiros ou empresa estrangeira, no interesse nacional.

- 05.** Considere que o município X pretende celebrar contrato de consórcio com outros municípios do mesmo Estado, nos termos do disposto na Lei nº 11.107/2005.

Assinale a alternativa correta de acordo com a legislação mencionada.

- (A) É vedada a realização de doação ou cessão do uso de bens imóveis de ente da Federação ao consórcio público.
- (B) É vedada a cessão de servidores dos entes consorciados ao consórcio.
- (C) A ratificação integral do protocolo de intenções ocorrida um ano após a subscrição estará sujeita à homologação da assembleia geral do consórcio público.
- (D) É permitida a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de operações de crédito.
- (E) Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

- 06.** Realizado pregão pelo Município, nos termos do disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, restou vencedora a empresa A, sendo qualificada subsequentemente a empresas B. Omito o edital quanto ao prazo de validade das propostas, foi convocada a vencedora no prazo de 50 dias após a proposta, não atendendo à convocação e, na sequência a empresa B, no prazo de 70 dias.

Nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta de acordo com a legislação.

- (A) Trata-se de direito de a empresa A desistir, não estando ela sujeita a qualquer responsabilização.
- (B) O prazo de validade das propostas será de 60 dias, tendo em vista a omissão do edital.
- (C) Poderá ser aplicada penalidade à empresa A de impedimento de contratação com o poder público pelo prazo de 10 (dez) anos.
- (D) Será automaticamente convocada a empresa B, vedada qualquer possibilidade de negociação para obtenção de preço melhor.
- (E) Convocada a empresa B no prazo de 70 dias da proposta e recusando a manter as condições da proposta ofertada, estará sujeita à imposição de pena de suspensão do direito de contratar com o poder público pelo prazo máximo de 5 anos.

- 07.** Determinado ente da federação pretende celebrar contrato de parceria público-privada, cujo valor total do contrato supera R\$ 30.000.000,00, e duração prevista de 7 anos.

Assinale a alternativa correta à luz do disposto na Lei da Parceria Público-Privada, nº 11.079/2004.

- (A) Para a celebração de parceria público-privada o valor máximo não poderia ultrapassar R\$ 10.000.000,00.
- (B) Para a celebração de parceria público-privada a duração mínima exigida de duração do contrato é de 10 anos.
- (C) São modalidades admitidas de contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada a outorga de direitos em face da Administração Pública e a cessão de créditos tributários.
- (D) Será considerada concessão administrativa se ocorrer a execução de obra, ou o fornecimento e a instalação de bens com a prestação de serviços em que a Administração Pública for a usuária direta ou indireta.
- (E) Antes da celebração do contrato de parceria público-privada, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria, necessariamente na forma de companhia fechada.

- 08.** Assinale a alternativa correta sobre competência à luz do disposto na Lei nº 9.784/99.

- (A) O ato de delegação de competência pode conter ressalva de exercício da atribuição delegada.
- (B) São características do ato de delegação da competência a irrenunciabilidade e irrevogabilidade.
- (C) Pode ser objeto de delegação de competência a decisão de recursos administrativos.
- (D) Delegação de competência ocorre apenas a órgão hierarquicamente subordinado.
- (E) É vedada a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

09. A Reurb, promovida mediante legitimação fundiária,

- (A) tem por objeto imóveis destinados exclusivamente para fins residenciais.
- (B) poderá beneficiar pessoa física que seja concessionária, foreira ou proprietária de imóvel rural inferior a 4 módulos fiscais.
- (C) não poderá beneficiar pessoa já contemplada com legitimação fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, salvo se situado em núcleo urbano distinto e já alienado.
- (D) poderá ser aplicada para os núcleos urbanos informais comprovadamente existentes até 31 de dezembro de 2016.
- (E) poderá beneficiar ocupantes que não tenham constado da listagem inicial, mediante cadastramento complementar, sem prejuízo dos direitos de quem haja constado na listagem inicial.

10. Tendo em vista a Jurisprudência sumulada sobre contratos, assinale a alternativa correta.

- (A) A embriaguez do segurado exime a seguradora do pagamento da indenização prevista em contrato de seguro de vida.
- (B) No transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado se incorrer em dolo.
- (C) A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia parcial da garantia, proporcional ao direito do cônjuge não anuente.
- (D) Nos contratos de locação, é válida a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.
- (E) O direito à adjudicação compulsória condiciona-se ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis.

11. A adjudicação compulsória de imóvel objeto de promessa de venda ou de cessão

- (A) somente poderá ser requerida judicialmente ou extrajudicialmente no serviço de registro de imóveis do local do domicílio do promitente vendedor ou cedente.
- (B) poderá ser requerida pelo promitente vendedor, representado por advogado, extrajudicialmente.
- (C) pressupõe prova do inadimplemento caracterizado pela não celebração do título de transmissão da propriedade plena no prazo de 10 (dez) dias do pagamento integral do preço.
- (D) poderá ser requerida extrajudicialmente, podendo, facultativamente, ser instruída com ata notarial.
- (E) a existência de litígio envolvendo o contrato de promessa de compra e venda do imóvel objeto da adjudicação não é óbice ao pedido extrajudicial, salvo se existente decisão liminar que impeça o processamento do pedido.

12. Assinale a alternativa correta sobre a solidariedade passiva.

- (A) O pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitam aos outros devedores, senão até à concorrência da quantia paga ou relevada.
- (B) Cláusulas, condições ou obrigações estipuladas entre um dos devedores solidários e o credor agravarão a posição dos outros devedores, salvo vedação expressa constante do título.
- (C) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, somente o culpado responde pelo dever de pagar o equivalente, acrescido de perdas e danos.
- (D) Apenas o devedor culpado pela mora responde pelos juros dela decorrentes, subsistindo a solidariedade apenas pelo valor original da obrigação, acrescida da correção monetária pactuada.
- (E) O devedor demandado pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as comuns a todos, aproveitando-lhe as exceções pessoais a outro co-devedor.

13. Tendo em vista a Jurisprudência sumulada dos tribunais superiores sobre os embargos de declaração, assinale a alternativa correta.

- (A) É necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, quando alterado o resultado anterior.
- (B) Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento tem caráter protelatório.
- (C) Admissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal, tendo em vista que o prequestionamento não mais é, em razão da legislação vigente, requisito de conhecimento do recurso especial.
- (D) O ponto omissis sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios pode ser suprido por meio do recurso especial, para prequestionar a questão constitucional.
- (E) É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação, em razão da intempestividade.

14. Assinale a alternativa correta acerca das ações constitucionais do controle de constitucionalidade.

- (A) É vedado o conhecimento da ação direta de inconstitucionalidade como arguição de descumprimento de preceito fundamental, mesmo quando coexistentes todos os requisitos de admissibilidade desta, em caso de inadmissibilidade daquela.
- (B) A arguição de descumprimento de preceito fundamental é, via de regra, meio idôneo para processar questões controvertidas derivadas de normas secundárias e de caráter tipicamente regulamentar.
- (C) Configurada a fraude processual com a revogação dos atos normativos impugnados na ação direta, o curso procedimental e o julgamento final da ação não ficam prejudicados.
- (D) A delimitação do objeto da ação declaratória de constitucionalidade se adstringe aos limites do objeto fixado pelo autor.
- (E) Lei ou norma de caráter ou efeito concreto já exaurido pode ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade, em ação direta de inconstitucionalidade.

15. A arguição de falsidade de documento

- (A) deve ser feita por meio de ação declaratória, a ser apensada ao processo principal, devendo este ser suspenso até a decisão daquela.
- (B) deve ser suscitada na contestação, na réplica ou no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos.
- (C) será resolvida como questão principal, salvo se a parte requerer que o juiz a decida como questão incidental.
- (D) depois de ouvida a outra parte no prazo de 30 (trinta) dias, será realizado o exame pericial.
- (E) resulta na realização do exame pericial, mesmo se a parte que produziu o documento concordar em retirá-lo.

16. A pessoa jurídica W, devedora de tributos do Município X, teve um bem penhorado numa execução fiscal. O representante da pessoa jurídica W solicitou ao presidente do Tribunal que o precatório do qual era credora do Município X, regularmente expedido e na fila para pagamento segundo a ordem cronológica, fosse utilizado para substituir o bem penhorado. O presidente do Tribunal negou o pedido, sob o argumento de que tal pedido deveria ser feito no processo de execução fiscal, devendo ser ouvida previamente a Fazenda Pública Municipal.

Acerca do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato do presidente do tribunal contraria súmula vinculante e pode ser objeto de reclamação constitucional.
- (B) Cabe recurso extraordinário contra o ato do presidente do tribunal, tendo em vista que há ofensa a norma constitucional que confere o direito à substituição pleiteado pela pessoa jurídica W.
- (C) O ato é passível de correção parcial, tendo em vista que houve o descumprimento de norma regimental que dispõe sobre o processamento dos precatórios.
- (D) O ato do presidente do tribunal não tem caráter jurisdicional, bem como está em consonância com o entendimento da jurisprudência.
- (E) Deve o pedido ser feito no juízo da execução fiscal, não podendo a Fazenda Municipal negar a substituição requerida.

17. Assinale a alternativa que revela o conteúdo correto de uma súmula do STJ acerca de direito do consumidor.

- (A) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
- (B) É válida a cláusula contratual que restringe a responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil.
- (C) A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco anos, devendo, porém ser observado o prazo da prescrição da execução.
- (D) Incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.
- (E) As instituições financeiras respondem subjetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

18. Maciel é chefe de cozinha e dono de uma empresa que oferece serviços de buffet em festas. Mariana contratou os serviços da empresa de Maciel para o aniversário de seu marido. Um dos convidados, Sr. Otávio, ao comer o prato de macarrão servido no momento da festa, engasgou-se e ao tossir expeliu um parafuso. Ao remexerem no prato que ele estava comendo, foram encontrados mais 10 parafusos. Por sorte não houve prejuízos maiores ao Sr. Otávio. Diante desse cenário, é correto afirmar que

- (A) a relação de consumo se dá apenas entre a empresa de Maciel e Mariana, não atingindo Otávio.
- (B) Otávio deverá ser considerado consumidor por equiparação, mesmo não sendo o contratante da empresa de Maciel.
- (C) a relação descrita no enunciado é regida exclusivamente pelas leis civis.
- (D) como não houve prejuízos maiores à Otávio, não se aplicará ao caso as leis consumeristas.
- (E) embora a empresa de Maciel se enquadre no conceito de fornecedor, Otávio não poderá ser considerado consumidor, o que afasta a aplicação do Código de Defesa do consumidor dos fatos descritos.

19. Em uma ação coletiva que tratava de discutir a existência de uma publicidade abusiva, a sentença foi julgada improcedente por insuficiência de provas. Nesse caso,

- (A) os efeitos da coisa julgada serão puramente *Erga omnes*.
- (B) os efeitos da coisa julgada serão puramente ultra partes.
- (C) os efeitos da coisa julgada serão *Erga omnes*, restrito ao grupo, categoria ou classe que sofreu o prejuízo.
- (D) não haverá coisa julgada material, e qualquer legítimo poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova.
- (E) os efeitos da coisa julgada serão ultra partes apenas para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

20. A Lei nº 10.257/01 estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Assinale a alternativa que traz o texto correto de uma das regras contidas na norma em referência.

- (A) Compete exclusivamente aos Estados, entre outras atribuições de interesse da política urbana, legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.
- (B) Por essa lei, considera-se subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.
- (C) Decorridos três anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- (D) O proprietário urbano não poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno.
- (E) O direito de preempção confere ao Poder Público Federal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

21. Para fins da Lei nº 11.445/07, que trata a respeito das diretrizes nacionais do saneamento básico, considera-se esgotamento sanitário:

- (A) a associação voluntária entre entes federativos, por meio de consórcio público ou convênio de cooperação, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal.
- (B) a ampliação progressiva do acesso, de todos os domicílios ocupados, ao saneamento básico, incluídos o tratamento e a disposição final adequados dos esgotos sanitários.
- (C) o conjunto constituído pelas atividades e disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente.
- (D) o conjunto constituído pelas atividades de cuidado com a infraestrutura e as instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes.
- (E) O conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico.

22. Assinale a alternativa correta sobre o que estabelece a Lei nº 12.651/12, acerca do Regime de Proteção da Reserva Legal.

- (A) A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa, na proporção de 80% do seu volume original, pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.
- (B) A inscrição da Reserva Legal no CAR será feita mediante a apresentação de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com, pelo menos, um ponto de amarração, conforme ato do Chefe do Poder Legislativo em exercício à época da solicitação.
- (C) No manejo sustentável da vegetação florestal da Reserva Legal, serão adotadas práticas de exploração seletiva nas modalidades de manejo sustentável com propósito comercial, para consumo na propriedade, e manejo sustentável para exploração florestal também com o mesmo propósito.
- (D) É livre a coleta de produtos florestais não madeireiros, tais como frutos, cipós, folhas e sementes, sem qualquer restrição.
- (E) O manejo sustentável para exploração florestal eventual sem propósito comercial, para consumo no próprio imóvel, independe de autorização dos órgãos competentes, devendo apenas ser declarados previamente ao órgão ambiental a motivação da exploração e o volume explorado, limitada a exploração anual a 20 (vinte) metros cúbicos.

23. A remissão, nos termos do artigo 126 do Estatuto da Criança e do Adolescente, poderá ser concedida

- (A) antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional.
- (B) a qualquer tempo durante a apuração do ato infracional.
- (C) apenas na sentença, quando então o processo será suspenso.
- (D) antes da primeira audiência para apuração do ato infracional, mas sempre após iniciado o procedimento judicial.
- (E) apenas na sentença, quando então o processo será extinto.

24. Juliana é recém-nascida e está internada em uma unidade de terapia intensiva neonatal, pois nasceu de forma prematura e inspira cuidados. Neste caso, o Estatuto da Criança e do adolescente prevê que

- (A) o estabelecimento de atendimento à saúde só deve autorizar que a mãe de Juliana permaneça em tempo integral ao lado da filha, em razão da necessidade do leite materno.
- (B) dado o ambiente estéril de uma unidade de terapia intensiva neonatal, apenas se autorizará visitas de uma hora para os pais de Juliana.
- (C) em conjunto e simultaneamente, os pais de Juliana podem permanecer na unidade Neonatal apenas por 30 minutos ao dia.
- (D) Juliana tem o direito de ser acompanhada em tempo integral por um dos seus pais e/ou responsáveis durante o tempo que permanecer na unidade de terapia intensiva neonatal.
- (E) em conjunto e simultaneamente, os pais de Juliana podem permanecer na unidade Neonatal por 8 horas ao dia.

25. A Lei nº 12.594/12 institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Com base nessa legislação, é correto afirmar:

- (A) entendem-se por unidade de atendimento a organização e o funcionamento e condições necessárias para o cumprimento das medidas socioeducativas.
- (B) considera-se entidade de atendimento a base física necessária para a organização e o funcionamento de programa de atendimento.
- (C) compete aos Municípios criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.
- (D) a União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, realizará avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo em intervalos não superiores a 2 (dois) anos.
- (E) as medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada 6 (seis) meses, podendo a autoridade judiciária, se necessário, designar audiência, no prazo máximo de 10 (dez) dias, cientificando o defensor, o Ministério Público, a direção do programa de atendimento, o adolescente e seus pais ou responsável.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26. Para responder à questão leia o seguinte dispositivo do Código Tributário Nacional.

“Art. 146. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.”

É correto afirmar que o dispositivo destacado confere concretude ao princípio geral de direito tributário conhecido por princípio

- (A) da anterioridade.
- (B) da nulidade.
- (C) da solidariedade.
- (D) da segurança jurídica.
- (E) do não-confisco.

27. Sobre as obrigações tributárias, é correto afirmar, com base na legislação e jurisprudência nacionais, que

- (A) admitem obrigações de natureza contributiva e obrigações de natureza de colaboração, instrumentais às primeiras.
- (B) têm a mesma natureza das obrigações civis, considerando-se a noção jusfilosófica de contrato social entre sociedade e soberano como justificativa para a existência do Estado.
- (C) as obrigações acessórias representam sempre obrigações de fazer, sendo vedado ao fisco o estabelecimento de obrigações tributárias acessórias omisivas.
- (D) se aplica o princípio da proporcionalidade em relação às obrigações principais, mas não em relação às obrigações de cunho acessório.
- (E) é facultado à administração tributária negar ao contribuinte em débito com a Administração o direito à emissão de nota fiscal eletrônica mediante uso de sistema eletrônico público.

28. A legislação relativa ao imposto sobre serviços do Município A impõe, a empresas prestadoras de serviços sediadas em outros municípios e que prestem serviços a empresas localizadas no território do Município A, a obrigação de cadastrarem-se junto à administração tributária deste Município, sob pena de aplicação de multa proporcional ao valor do serviço prestado. Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar com base na legislação e jurisprudência nacionais que

- (A) se trata de situação de extraterritorialidade da legislação tributária, pois a legislação do Município A passa a ser aplicada em relação a fatos ocorridos em outros municípios.
- (B) a obrigatoriedade de cadastramento por parte de contribuintes de outros municípios afigura-se como exigência inconstitucional.
- (C) a exigência atende ao critério de razoabilidade, uma vez que apenas visa a instrumentalizar as atividades de fiscalização tributária, sem modificar a incidência territorial do imposto.
- (D) o imposto sobre serviços compete, em regra, ao município em que localizado o tomador do serviço, sendo, portanto, legal a imposição.
- (E) é inconstitucional o cálculo das multas por descumprimento de obrigações acessórias com base no valor do bem ou serviço.

29. Assinale a alternativa em que é cabível a chamada ação consignatória em matéria tributária.

- (A) Desconstituição de crédito tributário lançado por meio de auto de infração com fundamento em norma considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Recusa de recebimento pelo sujeito ativo da obrigação tributária, ou subordinação do recebimento ao pagamento de outro tributo, ou ao cumprimento de obrigação acessória.
- (C) Aclaramento sobre ponto controverso e obscuro de decisão judicial proferida em grau de recurso de apelação.
- (D) Necessidade de provimento mandamental que reconheça o direito à compensação de tributos, com base em prova documental pré-constituída.
- (E) O trancamento de ação penal decorrente de representação fiscal para fins penais, iniciada a partir de vazamento de informações protegidas por sigilo fiscal.

DIREITO FINANCEIRO

30. Em determinada municipalidade, alguns servidores lotados em Diretorias Regionais de Ensino recebem numerário de forma antecipada da Tesouraria Municipal, ficando tal numerário sob sua guarda e responsabilidade, a fim de fazer frente a despesas de pequena monta, imprevisíveis e urgentes. Certo dia, um destes servidores deparou-se com a necessidade de trocar a fechadura de um dos portões de uma escola, que foi destruída por vândalos na noite anterior, impedindo que o portão da escola se feche e colocando, assim, em risco a segurança da comunidade escolar. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) a urgência da despesa realizada em regime de adiantamento justifica a não realização do prévio empenho.
- (B) caso o servidor em questão não tenha prestado contas no prazo determinado em relação a adiantamento recebido, não poderá ser feita a ele nova antecipação de numerário.
- (C) a relevância da despesa justifica a realização de adiantamento ainda que a nova fechadura supere o limite normativo fixado para despesas pagas em regime de adiantamento.
- (D) não é possível o uso do regime de adiantamento para despesas que, como a descrita, envolvam fornecimento de material combinado com mão de obra.
- (E) caso o servidor já seja responsável por um adiantamento, não poderá ser feito a ele novo adiantamento antes de ser utilizado o recurso antecipado anteriormente.

31. O Prefeito do Município "X" pretende criar benefício assistencial permanente a fim de pagar a aposentados e pensionistas do Município auxílio equivalente a R\$ 100,00 por mês, a título de reembolso de despesas com plano de saúde. A respeito desta proposta, é correto afirmar com base na legislação nacional que

- (A) benefícios de natureza assistencial não podem ser enquadrados como integrantes da seguridade social.
- (B) por se tratar de pagamento a ser realizado a aposentados e pensionistas, trata-se de benefício de natureza previdenciária, devendo ser demonstrada a fonte de custeio total.
- (C) se trata de despesa obrigatória de caráter continuado, sendo necessário apresentar a estimativa de impacto financeiro-orçamentário e a origem dos recursos para seu custeio.
- (D) o benefício pode ser criado mediante decreto, por se tratar de pagamento a ser realizado apenas a servidores públicos e seus dependentes.
- (E) por se tratar de despesa na modalidade "subvenção social", do tipo "contribuições", a sua criação depende de lei específica.

32. A respeito dos precatórios judiciais, com base no texto constitucional, é correto afirmar que

- (A) os precatórios judiciais passaram a se acumular sem pagamento com o advento da Constituição de 1988, que institucionalizou o "calote" estatal ao autorizar parcelamento pelo prazo de 8 (oito) anos.
- (B) a Resolução nº 115 do Conselho Nacional de Justiça, que permanece vigente, prorrogou o prazo de pagamento dos precatórios judiciais até 31 de dezembro de 2029.
- (C) os precatórios judiciais devem ser considerados como dívida pública para todos os efeitos, por expressa determinação constitucional.
- (D) a prioridade concedida aos créditos de natureza alimentar dispensa em relação a estes créditos a obrigação de expedição de precatório judicial, independentemente do valor do crédito e da idade do credor.
- (E) é facultado ao ente da federação, por meio de legislação própria, fixar o valor a ser considerado para fins de requisição de pagamento de obrigação de baixo valor, dispensada a expedição de precatório.

33. Tendo em conta as disposições relativas ao crime, constante da Parte Geral do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O resultado decorrente de omissão somente será imputado a quem, por lei, tinha a obrigação de cuidado, vigilância e proteção e, mesmo podendo agir, nada fez.
- (B) O erro sobre a ilicitude do fato, se inescusável, implica punição diminuída.
- (C) Nas hipóteses legais de exclusão da ilicitude, o excesso do agente somente será punido a título de dolo.
- (D) O resultado que agrava especialmente a pena somente será imputado ao agente se decorrente de dolo.
- (E) O fato criminoso praticado em obediência a ordem de superior hierárquico exclui a culpabilidade do agente, desde que a ordem não seja manifestamente ilegal. Se a ordem for manifestamente ilegal, punidos serão tanto o agente quanto o que deu a ordem.

34. Tendo em conta os crimes contra o patrimônio, previsto no Código Penal, é correto afirmar que

- (A) todos, sem exceção, são puníveis por ação penal pública, condicionada ou incondicionada.
- (B) se não envolver violência ou grave ameaça, admitem o perdão judicial, se praticados pelo filho em detrimento dos pais ou por irmão em detrimento de outro.
- (C) no crime de receptação culposa, se primário o agente, admite-se o perdão judicial, tendo em consideração as circunstâncias.
- (D) o crime de estelionato, em regra, é processável mediante representação, mas, se se tratar de fraude eletrônica, o crime é de ação penal pública incondicionada.
- (E) é qualificado o roubo quando praticado por dois ou mais agentes; se resulta lesão corporal grave e se há emprego de arma.

35. De acordo com a Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade e o decoro, em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional será qualificado se cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- (B) O crime de recusar, negar ou impedir a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado, de qualquer grau, será qualificado se praticado contra menor de 12 anos.
- (C) O crime de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional será punido de forma aumentada, da metade, se praticado por intermédio de publicação em redes sociais.
- (D) A vítima dos crimes de racismo deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público em todos os atos processuais, cíveis e criminais.
- (E) A busca e apreensão de exemplares de publicações que incitem, induzam ou contenham discriminação ou preconceito poderá ser decretada de ofício pelo Juiz, desde que já instaurado inquérito policial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

36. Sobre o acordo de não persecução penal, previsto no artigo 28-A do CPP, é correto afirmar que:

- (A) É cabível apenas para crimes praticados sem violência, com pena mínima inferior a 4 anos, sendo expressamente vedado a crimes hediondos.
- (B) Tem por requisito a reparação do dano à vítima; a renúncia a instrumentos, produto ou proveitos do crime; bem como a imposição de pena restritiva de direito pelo período correspondente à pena mínima cominada ao crime praticado.
- (C) Não se aplicará o acordo de não persecução penal ao agente que foi beneficiado nos 5 anos anteriores à data da proposta de suspensão condicional do processo ou de acordo de não persecução penal.
- (D) A homologação do acordo de não persecução penal será feita pelo Juiz, não sendo necessária audiência.
- (E) A vítima será intimada do acordo de não persecução penal homologado judicialmente, inexistindo previsão de recurso específico, se contra ele se insurgir.

37. Tendo em conta as previsões a respeito da delegação premiada, constantes da Lei de Organização Criminosa, é correto afirmar que:

- (A) A colaboração premiada, por si só, não implicará imposição de medidas cautelares ou sentença condenatória ao acusado ou réu delatado, podendo, contudo, fundamentar o recebimento de denúncia.
- (B) Ao réu delatado é garantida a oportunidade de se manifestar após o réu que o delatou, em qualquer fase do processo, inclusive, em sede de recurso.
- (C) A colaboração premiada poderá ser celebrada após a sentença, mas, neste caso, inexistente previsão de redução de pena ou perdão judicial, sendo admitida apenas a progressão de regime, ainda que ausentes os requisitos objetivos.
- (D) Assinado o termo de confidencialidade quanto ao acordo de colaboração premiada, iniciadas as tratativas, a investigação será suspensa, restando vedada a imposição de qualquer medida cautelar de caráter pessoal.
- (E) Iniciadas as tratativas de acordo de delação premiada e assinado o termo de confidencialidade, as informações e provas apresentadas pelo colaborador poderão ser utilizadas, ainda que não celebrado o acordo, por qualquer razão.

38. Tendo em conta o Estatuto do Idoso, a Lei do Juizado Especial Criminal e a Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta.

- (A) Aos crimes previstos no Estatuto do Idoso, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapassar 4 anos, aplica-se o instituto da transação penal, previsto na Lei do Juizado Especial Criminal.
- (B) Aos crimes previstos no Estatuto do Idoso, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapassar 4 anos, independente da pena mínima cominada, aplica-se o instituto da suspensão condicional do processo, previsto na Lei do Juizado Especial Criminal.
- (C) No Juizado Especial Criminal, a citação poderá ser pessoal ou ficta. Todavia, citado por Edital ou por hora certa, se não comparecer o réu, os autos serão remetidos ao Juízo Comum.
- (D) Na Lei Maria da Penha há previsão expressa de prisão preventiva do acusado, decretada de ofício, pelo Juiz, havendo questionamento sobre a aplicabilidade, em vista do sistema acusatório, adotado pelo Código de Processo Penal.
- (E) Aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica não se aplica o instituto da transação penal, sendo incondicionada a ação penal para apurar lesão corporal, ainda que leve. Aplica-se, contudo, o instituto da suspensão condicional do processo ao acusado.

39. Relativamente à jornada de trabalho, assinale a alternativa que está em consonância com a jurisprudência do TST.

- (A) Na Administração Pública direta, autárquica e fundacional não é válida remuneração de empregado público inferior ao salário mínimo, exceto para jornada de trabalho reduzida.
- (B) A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo coletivo ou convenção coletiva, sendo vedada por acordo individual escrito.
- (C) A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada.
- (D) Havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, é lícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado.
- (E) É válida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho que reduz o intervalo intrajornada fixado na CLT, sendo vedada a supressão.

40. Acerca da natureza jurídica do Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Prevalece na doutrina a Teoria do Direito Público segundo a qual classifica-se o Direito do Trabalho no ramo do direito público na medida em que nas relações de trabalho, a livre manifestação da vontade das partes é substituída pela vontade do Estado que intervém na relação jurídica entre empregador e empregado, por meio de leis cogentes e irrenunciáveis.
- (B) Para a Teoria do Direito Privado, doutrinariamente majoritária, a raiz do Direito de Trabalho encontra-se no Direito Civil, especificamente nas locações de serviços. Sendo certo que, embora existam normas cogentes sobre a matéria, estas não afastam a natureza privada da relação jurídica, haja vista que os contratantes nessa relação jurídica são livres para estipular as regras de seu pacto de emprego.
- (C) Para a teoria do Direito Misto, que prevalece na doutrina trabalhista, o Direito do Trabalho engloba relações privadas e relações públicas, de modo que se enquadra em uma categoria classificatória *sui generis*.
- (D) O Direito do Trabalho é gênero distinto do direito público e do direito privado na medida em que prevalece sempre o interesse coletivo da sociedade, cujas normas trabalhistas tem por finalidade proteger a parte hipossuficiente na relação de emprego, que é o empregado.
- (E) De acordo com a Teoria do Direito Coletivo, as normas trabalhistas são de natureza mista (público e privado), mas com uma finalidade social: garantir os direitos sociais previstos na Constituição Federal.

41. Sobre o contrato de trabalho em regime de tempo parcial inserido na CLT por meio da Lei nº 13.467, de 2017, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e duas horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até duas horas suplementares semanais.
- (B) O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será equivalente a 60% (sessenta por cento) em relação ao salário dos empregados que cumprem, nas mesmas funções, jornada de tempo integral.
- (C) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta e seis horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.
- (D) As horas suplementares da jornada de trabalho normal poderão ser compensadas diretamente até o mês imediatamente posterior ao da sua execução, devendo ser feita a sua quitação na folha de pagamento do mês subsequente, caso não sejam compensadas.
- (E) É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

42. Assinale a alternativa correta considerando as normas vigentes e a jurisprudência sumulada do TST sobre o processo do trabalho.

- (A) A União é responsável pelo pagamento dos honorários de perito quando a parte sucumbente no objeto da perícia for beneficiária da assistência judiciária gratuita, exceto se o reclamado for Fazenda Pública Estadual ou Municipal.
- (B) Na Justiça do Trabalho, de acordo com as normas oriundas da reforma trabalhista perpetrada pela Lei 13.467/2017, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios passou a decorrer da mera sucumbência, independentemente de a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.
- (C) Não é cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista.
- (D) Não serão devidos os honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual.
- (E) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, aplicar-se-ão os percentuais específicos de honorários advocatícios contemplados no Código de Processo Civil.

43. Acerca da revelia e seus efeitos no âmbito do processo do trabalho, assinale a alternativa que está em consonância com o regramento vigente e a jurisprudência sumulada do TST.

- (A) A pessoa jurídica de direito público sujeita-se à revelia prevista no artigo 844 da CLT.
- (B) O não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, ainda que o litígio verse sobre direitos indisponíveis.
- (C) A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa não será considerada revel caso esteja presente seu advogado munido de procuração.
- (D) A revelia na ação rescisória também produz o efeito de confissão quanto à matéria de fato.
- (E) A revelia produz o efeito da confissão quanto à matéria de fato pelo não comparecimento do reclamado à audiência, ainda que, havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação.

44. À luz das normas da CLT e da jurisprudência do TST, assinale a alternativa correta.

- (A) Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma que não conhece de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos.
- (B) Acórdão rescindendo do Tribunal Superior do Trabalho que não conhece de recurso de embargos ou de revista, analisando arguição de violação de dispositivo de lei material ou decidindo em consonância com súmula de direito material ou com iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material da Seção de Dissídios Individuais, examina o mérito da causa, cabendo ação rescisória da competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundamentados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria absoluta de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa Seção ou das Turmas do Tribunal.
- (D) No processo trabalhista cabe agravo de petição dos despachos que denegarem a interposição de recursos.
- (E) A tutela provisória concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante agravo de instrumento.

45. Assinale a alternativa correta quanto aos pilares da seguridade social.

- (A) Apesar de não figurar um direito fundamental do ser humano, a saúde é garantida por meio de políticas públicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.
- (B) Assistência social e previdência social são conjuntos de ações que visam proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, além de amparar as pessoas em situação de vulnerabilidade, como as pessoas em situação de rua, as pessoas com deficiência, entre outras.
- (C) A previdência social é um conjunto de normas que visam a garantir a proteção social do trabalhador e de sua família, por meio de benefícios como aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, entre outros.
- (D) Todos os brasileiros têm acesso universal, incondicional e igualitário às ações e serviços de saúde, assistência social e previdência social.
- (E) Saúde, assistência social e previdência social são pilares dependentes e complementares que buscam garantir a proteção social e a promoção do bem-estar dos cidadãos, podendo a garantia, uma vez concedida, prevalecer sobre as demais.

46. Em matéria de Seguridade Social e do caráter contributivo ou não contributivo de cada um dos seus pilares, é correto afirmar que

- (A) inexistem diferenças em relação ao caráter contributivo ou não dos pilares da seguridade social.
- (B) a saúde é um pilar contributivo da Seguridade Social, ou seja, na medida da capacidade, é exigida uma contribuição prévia para que o indivíduo tenha acesso ao sistema de saúde.
- (C) todos os cidadãos têm direito à assistência e à previdência social gratuita e universal, independentemente de terem contribuído ou não para os respectivos sistemas.
- (D) saúde e assistência social são pilares não contributivos da Seguridade Social e previdência social é pilar contributivo da Seguridade Social.
- (E) a assistência social, como pilar não contributivo da Seguridade Social, é destinada a amparar idosos, crianças e pessoas com deficiência, desde que tais categorias não se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

47. Quanto à criação, por lei, de contribuição para financiamento da previdência social sobre aposentadorias e pensões concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social e sobre o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

- (A) admite-se a criação de contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.
- (B) incide contribuição previdenciária apenas sobre aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social.
- (C) há expressa autorização no texto constitucional de cobrança de contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.
- (D) admite-se cobrança de contribuição previdenciária sobre aposentadorias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, não se admitindo contribuição previdenciária sobre as pensões.
- (E) o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos não admitem cobrança de contribuição previdenciária.

DIREITO ELEITORAL

48. Quanto aos institutos do plebiscito e referendo, assinale a alternativa correta, nos termos do quanto previsto na legislação regente (Lei nº 9.709/98):

- (A) O plebiscito é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.
- (B) O referendo é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.
- (C) O plebiscito e o referendo são convocados mediante lei ordinária, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- (D) A formação de novos Estados ou Territórios Federais depende da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.
- (E) O referendo é ato exclusivo do Senado Federal.

49. Assinale a alternativa correta no tocante aos partidos políticos, segundo o disposto na Lei nº 9.096/95.

- (A) A filiação partidária independe de estar o eleitor no pleno gozo de seus direitos políticos.
- (B) Para desligar-se do partido, basta que o filiado faça comunicação escrita ao órgão de direção municipal do partido.
- (C) Considera-se justa causa para a desfiliação partidária a mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário.
- (D) Não perde automaticamente a função ou cargo que exerça o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito.
- (E) A justa causa deve ser aferida pelos órgãos de direção partidária.

50. Sobre prestação de contas prevista na Lei nº 9.096/95, é correto afirmar:

- (A) O partido pode receber auxílio pecuniário de sindicato.
- (B) Os órgãos partidários municipais, ainda que não tenham movimentado recursos financeiros ou arrecadado bens estimáveis em dinheiro, ficam obrigados a prestar contas à Justiça Eleitoral.
- (C) A desaprovação da prestação de contas do partido não ensejará sanção alguma que o impeça de participar do pleito eleitoral.
- (D) A Justiça Eleitoral pode exigir dos partidos políticos apresentação de certidão ou documentos expedidos por outro órgão da administração pública ou por entidade bancária e do sistema financeiro que mantém convênio ou integração de sistemas eletrônicos que realizam o envio direto de documentos para a própria Justiça Eleitoral.
- (E) A desaprovação das contas do partido implicará exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 50%.



PGAR2302



03036001

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES**

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

036. PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL**PROCURADOR JURÍDICO**

- ◆ Você recebeu este caderno contendo um tema de peça processual a ser desenvolvido.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Assine apenas no local indicado na capa; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no corpo deste caderno, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à prova.
- ◆ Redija o texto definitivo com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova objetiva, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

USO EXCLUSIVO DO FISCAL**AUSENTE**☐

Assinatura do candidato



PGAR2302



03036002

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA



PGAR2302



03036003

PEÇA PROCESSUAL

O Município paulista “X” cobrou IPTU da empresa “Y” relativo ao exercício de 2017, com vencimento previsto da cota única em 15.02.2017, tendo ajuizado execução fiscal em 10.01.2022 para a cobrança da dívida respectiva. A execução fiscal foi ajuizada em face da empresa Y para a cobrança do valor de R\$ 300.000,00. Não localizada em seu endereço e constatado o encerramento irregular das atividades, foi imediatamente requerida a inclusão de Platão e Aristóteles, únicos sócios gerentes da empresa desde o início de 2017, com agilização e sucesso na citação de todos os executados, empresa e sócios, em 09.02.2022.

Platão ingressou com petição simples sustentando ilegitimidade de parte. Alegou que houve fraude em alteração contratual, com assinatura falsa em documento apresentado à JUCESP, e que nunca foi sócio da empresa. Requereu a possibilidade de dilação probatória com a oitiva de testemunhas e juntou laudo particular a embasar a alegação de falsidade na assinatura.

O juízo, após manifestação fazendária abordando diversas matérias contrárias à pretensão do sócio, julgou procedentes os pedidos do requerente para o fim de extinguir a execução fiscal, reconhecendo a ilegitimidade de parte do sócio, considerando suficientemente provada a falsidade a partir do laudo particular juntado. Ademais, cancelou a Certidão de Dívida Ativa por reconhecer a ocorrência de prescrição, ante o transcurso do prazo de 5 anos, considerada a data do envio do carnê de IPTU, 02.01.2017, como dia inicial da contagem, julgando extinta a execução fiscal.

Ante o princípio da causalidade, condenou o Município no pagamento de honorários fixados em 15% sobre o proveito econômico obtido, sem a possibilidade de reexame necessário.

Diante do caso apresentado, considerando incabíveis embargos de declaração, elabore a peça processual pertinente, objetivando a defesa dos interesses do Município.

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGAR2302



03036004

PEÇA PROCESSUAL

Os rascunhos não serão considerados na correção.

RASCUNHO

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGAR2302



03036005

PEÇA PROCESSUAL

Os rascunhos não serão considerados na correção.

EM HIPÓTESE ALGUMA EScreva NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGAR2302



03036006

PEÇA PROCESSUAL

Os rascunhos não serão considerados na correção.

RASCUNHO

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGAR2302



03036007

PEÇA PROCESSUAL

Os rascunhos não serão considerados na correção.

EM HIPÓTESE ALGUMA EScreva NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



Texto definitivo

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no text or other markings on the paper.

EM HIPÓTESE ALGUMA EScreva NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



Texto definitivo

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no text or other markings on the paper.

PGAR2302/036-PrPrático-Profissional



Texto definitivo

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no text or other markings on the paper.

EM HIPÓTESE ALGUMA EScreva NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



Texto definitivo

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no text or other markings on the paper.

PGAR2302/036-PrPrático-Profissional



PGAR2302



03036012